



Mobilidade do capital, migrações e política social: elementos para o debate

*Capital mobility, migration and social policy:
elements of the debate*

Nádia Socorro FIALHO NASCIMENTO¹

“Pou Jean-René, di ou mèsì pou entwodwi m 'nan Ayiti!”²

O 4º Encontro Internacional de Política Social (EIPS) e o 11º Encontro Nacional de Política Social (ENPS), realizados em Vitória (ES) em junho de 2016, tiveram como tema *Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social*. Como resultado das profícuas discussões realizadas a Revista Argumentum traz, nesse número, o debate sobre o tema central do evento a partir do artigo da Prof^a Dr^a Cleusa Santos (UFRJ) nessa Seção Debates e, da mesma forma que a autora o faz, iniciamos por algumas informações necessárias ao leitor.

Quando de nossa participação nessa edição do EIPS/ENPS coordenamos uma Mesa Temática denominada *Mobilidade do capital e políticas públicas na Amazônia: grandes empreendimentos, migrações e indicadores sociais*, proposta por um grupo de docentes/pesquisadores³ da Universidade Federal do Pará (UFPA). A proposta de Mesa Temática fundamentou-se nos seus estudos sobre processos distintos que incluem migrações/deslocamentos forçados/remanejamentos em função da instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (estradas, hidrelétricas, portos, etc), projetos minero-metalúrgicos e, mais recentemente, da expansão do agronegócio, todos eles tendo como *locus* a Amazônia brasileira. Foi a partir dessa participação no debate, e da repercussão alcançada junto aos participantes da Mesa Temática, que aceitamos o convite para dialogar com o texto da professora Cleusa Santos sobre mobilidade do capital e barreiras às migrações enquanto desafios às políticas sociais.

De início concordamos com a autora quanto à complexidade do tema das migrações e destacamos que a intensidade dos fluxos migratórios na contemporaneidade extrapola os limites de uma tragédia humanitária – que ela, na sua forma fenomênica, o é -, configurando-se numa

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Rua Augusto Corrêa, 1, Guamá, Belém (PA), CEP. 66075-110. E-mail: <fialho@ufpa.br>.

² “Para Jean-René, obrigada por me apresentar o Haiti!” (Tradução do crioulo haitiano). Esse agradecimento a Jean-René Patrice se justifica pela oportunidade, única, que tivemos ao receber para orientação no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS da UFPA), este Assistente Social, formado pela Université d’Etat d’Haïti e oriundo da República do Haiti. Foi a partir do tema proposto por Jean-René – a migração haitiana para o Brasil no contexto da divisão internacional do trabalho -, que meus estudos (e meu olhar) se ampliaram. Embora a pesquisa de Jean-René esteja ainda em andamento – com previsão de defesa de sua Dissertação de Mestrado para Março de 2017 -, tem sido para nós (falo também pelo seu co-orientador, Prof^o Dr. Marcel Hazeu), uma experiência excepcional, porque dialogada, e que nos têm permitido conhecer a realidade do Haiti a partir de um haitiano estudioso, crítico e extremamente comprometido com suas origens.

³ Prof. Dr. Marcel Hazeu, Prof^a Dr^a Solange Gayoso e Prof^a Dr^a Nádia Fialho, docentes da Faculdade de Serviço Social (FASS), do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) e vinculados ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais na Amazônia (LabPSAm/UFPA).

verdadeira tragédia societária. A precarização da força de trabalho – seja ela migrante ou não –, não encontra retaguarda nas políticas sociais, especialmente na quadra neoliberal⁴ e é mesmo agravada diante do recrudescimento dos processos migratórios em todo o planeta. A velocidade desses processos se faz acompanhar, e não poderia ser diferente na sociedade do capital, de uma proporcional degradação das condições de vida e trabalho de trabalhadores e trabalhadoras que, além de sua intrínseca exploração sob o capitalismo, encontram-se agora submetidos a novas e acentuadas formas de precarização a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

No campo humanitário a realidade das migrações na contemporaneidade é dramática e os dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM)⁵, informam que o número de migrantes e refugiados chegados à Europa em 2015 foi de 1 milhão, ultrapassando em muito os 219 mil registrados em 2014. Em relação ao número de migrantes ou refugiados mortos na travessia do Mar Mediterrâneo a professora Cleusa Santos destaca em seu texto que o número subiu de 3.279 mortes em 2014 para 3.771 em 2015 e destacamos, ainda, que somente em 2015 um único naufrágio, próximo ao litoral da Líbia, levou à morte cerca de 800 migrantes do norte da África que seguiam para a Europa, sendo registrados apenas 28 sobreviventes. Nos cálculos da OIM somente nesse primeiro semestre de 2016 o número de mortos naquela travessia já alcançou 3.120 o que demonstra a dramaticidade desse quadro.

Em relação à mobilidade do trabalho a professora Cleusa Santos apresenta dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) citados pelo seu diretor, Guy Ryder, em Conferência no ano de 2013, que contabilizam a existência de mais de 231,5 milhões de migrantes (aproximadamente 3% da população mundial), que estão em busca de emprego. Também com base na OIT a autora chama atenção para o fato de que não se trata apenas de migrantes em busca de emprego, mas de pessoas vítimas de trabalho forçado em todo o mundo o que, segundo suas palavras, põem em evidência “[...] a magnitude de um problema que é concreto: a circulação da força de trabalho pelo mundo” (SANTOS, 2016, p. 10).

De acordo com a OIM migração é o “Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009, p. 40). Somam-se a esta conceituação – no sentido de afirmá-la, refutá-la ou complementá-la –, reflexões de estudiosos de diferentes campos e perspectivas teóricas, na área nacional e internacional⁶.

Nesse debate, dada a complexidade do fenômeno migratório, argumentamos que sua abordagem comporta, em maior ou menor grau, distintas dimensões constitutivas que, no entanto, não podem prescindir de uma análise das forças estruturais que conformam a sociedade do

⁴ A esse respeito ver os artigos das professoras Aldaíza Sposati, Berenice Rojas e Ivanete Boschetti na Seção Debates da Revista Argumentum no número anterior a este.

⁵ Criada em 1951 a OIM contava, em finais de 2009, com 127 Estados Membros e 77 ONG's, além de 17 Estados com estatuto de observador por todo o mundo. Baseada no princípio de que uma migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade a OIM atua, sobretudo, nas áreas de combate à migração forçada, migrações e desenvolvimento, facilitação e regulação/gestão da migração.

⁶ Em função dos limites desse texto indicamos, para aqueles que desejem adentrar no debate, a tese de Hazeu (2015) aqui referenciada.

capital. Numa abordagem histórico-estrutural dos processos sociais destacamos, por exemplo, que a migração não é apenas um movimento de pessoas a partir de uma suposta “escolha racional” baseada na maximização de interesses individuais com base em cálculos de custo e benefício, própria das análises pautadas nas teorias econômicas neoclássicas.

Seguindo nossa perspectiva de análise, argumentamos que as diferentes formas de circulação da força de trabalho na contemporaneidade são funcionais ao processo de acumulação capitalista pelo fato de disponibilizarem força de trabalho “livre” para o capital. Essa abordagem tem por base os estudos de Marx (1989) sobre a destruição da propriedade comunal e a separação final do homem dos seus meios de produção que abriram caminho tanto para o apossamento direto dos recursos naturais como para a “liberação” do homem, condições elementares para o processo de constituição do próprio capitalismo⁷. A professora Cleusa Santos reproduz em seu texto as palavras do diretor da OIT, o francês Guy Ryder, que em conferência em 2013 sobre o tema das migrações em busca de emprego reconheceu que o trabalho do migrante se constitui num ‘[...] aporte considerável para o crescimento e o desenvolvimento [...]’, numa clara manifestação da funcionalidade das migrações ao sistema do capital. Embora, como mencionado acima, a mobilidade da força de trabalho seja um dos componentes da própria constituição do capitalismo, os processos contemporâneos têm trazido ao debate o crescimento de diversas formas de mobilidade humana dentre as quais, além das migrações em busca de emprego, destacam-se aquelas por fuga de guerras, desastres ambientais, trabalho forçado e/ou análogo à escravidão, incluindo aí o tráfico de pessoas, ou a conjugação delas.

Em relação ao Brasil dados apresentados pela professora Cleusa Santos, com base no Ministério da Justiça, informam que “[...] o número de refugiados no país aumentou: passou de 4.218, em 2011, para 8.400, em 2015” (SANTOS, 2016, p. 10). Agregamos a esses dados o Relatório do Observatório das Migrações (CAVALCANTI et al, 2015) que, com base apenas nos registros da Polícia Federal, informa que entre os anos de 2000 e 2014 ingressaram no Brasil aproximadamente 830 mil imigrantes enquanto os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), indicam que o número de trabalhadores imigrantes formalmente empregados no Brasil passou de 69.015, em 2010, para 155.982, em 2014, o que representou um crescimento de 126,01%.

No texto da professora Cleusa Santos evidencia-se que sua aproximação ao tema geral do debate – mobilidade do capital, barreiras às migrações e políticas sociais –, se deu a partir do “[...] exame do comércio internacional de serviços e das mudanças operadas nas políticas sociais do Estado, especialmente na seguridade social” (SANTOS, 2016, p. 9). Em nosso caso, como indicado anteriormente, essa aproximação se deu em função dos estudos sobre os processos de expropriação de comunidades locais a partir da presença de grandes empreendimentos econômicos na Amazônia brasileira e a (re) produção de expressões da ‘questão social’ nela (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

⁷ Para Marx (1989, p. 830) “[...] o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”.

E é desse espaço conhecido por Amazônia⁸, onde se podem encontrar elevados indicadores econômicos a partir da presença do grande capital, e também baixíssimos indicadores sociais, dados pela insuficiência de políticas públicas, que buscamos contribuir com o debate sobre o tema aqui abordado. Essa realidade, de extrema singularidade geográfica, econômica, cultural e política, resulta dos históricos processos desencadeados sobre ela desde o período de sua colonização – onde se destaca o extermínio de indígenas –, passando pelo *boom* da borracha⁹ na virada do século XIX para o século XX – que consolidou sua inserção ao mercado mundial capitalista –, até a redefinição do seu papel no contexto de Divisão Internacional do Trabalho do pós guerra (SANTOS, 1980).

A desarticulação da economia gomífera gerou 30 anos de profunda decadência (1910-1940) e somente quando o mercado mundial demandou novamente a borracha – no período da II Grande Guerra Mundial –, seu extrativismo foi reativado no primeiro período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) quando foram criadas as condições para o que ficou conhecida como a Batalha da Borracha. Dentre as ações realizadas pelo Estado para o ajuste de “[...] uma parcela estratégica da economia brasileira aos interesses políticos norte-americanos” (LEAL, 1996, p. 133), destaca-se arregimentação de um imenso contingente de brasileiros, especialmente nordestinos, que se constituíram na força de trabalho predominante para a extração da borracha.

A diferença [em relação ao período do *boom* da borracha] era que agora, ao invés de o aliciamento ser feito pelos prepostos dos donos de seringais, era patrocinado pelo SEMTA – o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores Para a Amazônia – cujos cartazes prometiam a esses desamparados a passagem, um equipamento de viagem, alimentação, “**um bom contrato**”, “**amparo à família**”, e assistência médica e religiosa. Esse engodo cruel garantiu o êxodo de aproximadamente 55 mil nordestinos, que foram largados nos seringais para nunca mais voltarem. Eram transportados como gado, em veículos de carga ou na terceira classe dos navios. Ao chegarem em Belém ou Manaus eram despejados em hospedarias construídas especialmente para esse fim [...] fora dos limites urbanos, e nas quais as condições de vida eram sofríveis [...]. Ali eram mantidos concentrados em regime de quarentena [...] durante o qual recebiam como (único) tratamento purgantes contra verminose – e eram despachados para o seu destino final [...]. Lá nos altos-rios eram desembarcados em algum seringal – e entregues às mãos dos patrões, os proprietários, cuja vontade era lei – e passavam a viver a mesma sorte dos seus antigos irmãos, do período gomífero, explorados impiedosamente [...]. E assim, largados à própria sorte em um meio completamente estranho e hostil a eles [sic], passavam a enfrentar a mesma impiedosa estrutura de poder que vinha do período gomífero, sendo tratados segundo o código de comportamento do seringal, que os via como meros delinqüentes removidos para um lugar em que deveriam ser obrigados a trabalhar. Para isso contribuía o próprio SEMTA, que já os retratava como indivíduos embrutecidos: um suíço, Pierre Chabloz, **artista plástico**

⁸ A vasta região do planeta conhecida por Amazônia situa-se ao longo da linha do Equador, predominantemente no lado do hemisfério sul e possui uma superfície aproximada de 7,5 milhões de km², abrangendo 44% da América do Sul. Sua área geográfica abrange 9 (nove) países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, sendo o Brasil o país com maior extensão continental – aproximadamente 45% da área global. A Amazônia brasileira corresponde a 60% do território nacional e abrange, em sua totalidade, toda a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima) e parte do estado do Maranhão, no Nordeste (FIALHO NASCIMENTO, 2016).

⁹ É impossível, nos limites deste texto, uma abordagem sobre a economia gomífera na Amazônia – em sua importância não só para a região, mas para o próprio continente latino americano –, razão pela qual indicamos a consulta obrigatória à obra História Econômica da Amazônia (1800-1912), de autoria do sociólogo paraense Roberto Santos (1932-2012), ver Santos (1980).

contratado por ele para criar os cartazes de propaganda para a **Batalha da Borracha**, resolveu classificá-los segundo um mapa de biótipos [sic] – um primor de racismo e preconceito, editado como cartilha -, que apresentava a maioria deles como lombrosianos imbecis (LEAL, 1996, p. 21-2, grifos do autor).

A partir da década de 1970, a implantação na Amazônia de grandes empreendimentos econômicos contribuiu, decisivamente, para a (re) reconfiguração econômica, política e ambiental da região. Os empreendimentos diversos, com destaque para os minero-metalúrgicos, as intervenções do poder público através de rodovias e estradas federais/estaduais, usinas hidrelétricas e projetos do agronegócio – destacadamente, mas não exclusivamente, a recente monocultura da soja¹⁰ -, resultaram em distintos e complementares processos. De um lado a expropriação do homem nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza - e, de outro, a atração de trabalhadores de outras regiões do país em busca de trabalho. Esses movimentos fizeram crescer a população das pequenas, médias e grandes cidades da Amazônia onde a insuficiência de infraestrutura básica e de políticas públicas contribuíram (e contribuem) para o agravamento das expressões da “questão social” na região.

Um caso emblemático da presença do grande capital na Amazônia e do conseqüente impacto na mobilidade da força de trabalho e nas políticas sociais é o do município de Barcarena. Na década de 1980 este município paraense passou a sediar instalações da indústria de alumínio para o que foi desapropriada, inicialmente, uma área onde residiam cerca de quinhentas famílias. Ao serem privadas da possibilidade de reproduzirem-se nas mesmas condições em que o faziam antes da chegada das empresas estas famílias tiveram alterados os seus modos de vida. De acordo com Fialho Nascimento (2006), na década seguinte novos empreendimentos instalaram-se no município e a preocupação dos moradores era a de evitar que se repetisse com eles o que acontecera com as famílias anteriormente desalojadas. Apesar da mobilização das comunidades nativas envolvidas repetiu-se com outras famílias os mesmos resultados sobre suas condições de vida: a expropriação seguida de um processo de deslocamento e posterior pauperização.

Hazeu (2015) destaca o agravamento desse processo na década de 2000 a partir da instalação de outros empreendimentos econômicos na área do município de Barcarena. As pesquisas do autor contabilizaram, de 1980 até 2015, quase mil famílias deslocadas compulsoriamente, sem reassentamentos adequados, inclusive famílias que já haviam sofrido um deslocamento anterior e que foram forçadas a buscar novas áreas próximas ou migrar para municípios próximos como Belém, capital do estado. Fialho Nascimento e Hazeu (2015) apresentam dados sobre a significativa demanda da população de Barcarena pelo Programa Bolsa Família (PBF) que subiu de 1.765 famílias atendidas em 2004, ano de sua implantação, para 7.546 famílias no ano de 2011 indicando assim que aqueles processos de expropriação e deslocamento em função da presença do grande capital em parceria com o Estado, agravaram as condições de vida e trabalho de grande parte da população de Barcarena.

¹⁰ Para um estudo sobre o crescimento do agronegócio de grãos destinados à exportação na Amazônia ver a Tese de Gayoso da Costa (2012) aqui referenciada.

Como se pode observar pelas reflexões aqui apenas enunciadas, a pauperização presente na região amazônica está relacionada aos processos sociais desencadeados historicamente sobre ela e é resultado, no passado recente, da intensificação da mobilidade do capital a partir do processo de apropriação privada do seu território por grandes empreendimentos econômicos levando, dentre outros, à desestruturação das formas tradicionais de subsistência da população. As ações do Estado, em nível federal ou regional, na condução das políticas públicas – independentemente do regime político –, são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, mantendo a Amazônia como empório de recursos naturais para a acumulação capitalista. Com isso destacamos que a Região Amazônica deve ser compreendida a partir de sua inserção, historicamente subordinada, no quadro da acumulação capitalista mundial que se realizou - e se realiza - com base na exploração das sociedades herdeiras da sina colonial, especialmente aquelas ricas em recursos naturais, imprescindíveis aos países de capitalismo avançado.

Da mesma forma que a professora Cleusa Santos, com base nas análises de Marx, destaca que o desenvolvimento tecnológico dispensa parte da força de trabalho e, conseqüentemente, expande o chamado exército industrial de reserva, destacamos que a expropriação do homem dos meios de produção – processo permanente em regiões com a Amazônia –, acresce aquele exército e impacta nos movimentos migratórios (SANTOS, 2016). Isso porque a mobilidade do capital, no seu processo incessante de acumulação através da demanda por recursos naturais – imprescindíveis ao processo produtivo como apontado por Luxemburgo (1988) –, tem produzido e reproduzido os deslocamentos forçados das populações nativas de regiões ricas em recursos naturais como a Amazônia.

Estas reflexões sobre a particularidade dos processos em curso na região amazônica pretendem contribuir para o debate em pauta e nesse aspecto retomamos as palavras da professora Cleusa Santos quando esta destaca “[...] a crescente internacionalização e interdependência dos mercados que, conjuntamente com a formação de áreas de livre comércio e a chamada Terceira Revolução Tecnológica, caracteriza atualmente o que se convencionou chamar de globalização da economia” (SANTOS, 2016, p. 11). A autora avança, destacando, que a expansão do mercado inviabiliza quaisquer ilusões progressistas de humanização do capitalismo pela via das reformas o que se confirma também pelo recrudescimento de medidas xenofóbicas presentes no cerco aos imigrantes e manifesto nas propostas de expulsão de estrangeiros por Jean-Marie Le Pen, candidato à eleição presidencial na França em 2007 e ainda por sua filha, Marine Le Pen, nas eleições de 2012, respectivamente fundador e presidenta do partido conservador Frente Popular. Mais recentemente, quando da elaboração desse texto um verdadeiro alerta de “tsunami” se abateu sobre a sociedade, em particular a estadunidense, com a vitória do republicano Donald Trump nas eleições de novembro de 2016, como o próximo presidente dos Estados Unidos da América. Por suas polêmicas propostas de campanha eleitoral – à exemplo da deportação de 11 a 12 milhões de migrantes ilegais e a construção de um muro na fronteira sul dos Estados Unidos com o México – abre-se uma nova quadra para a política e a economia mundial – num contexto onde mais uma das intrínsecas crises da sociedade do capital ainda se faz presente.

Convidamos você leitor a aventurar-se nesse debate a partir do texto da professora Cleusa Santos e refletir com ele, juntamente com os demais textos de debate, sobre as inúmeras possibilidades que se abrem no campo das pesquisas e, conseqüentemente, no da intervenção

social, a partir do estudo da mobilidade do capital e das barreiras às/aos migrações/deslocamentos/mobilidades como desafios às políticas sociais em suas várias manifestações e apreensões teóricas e em diversificadas realidades sociais.

*Bon lekti, bon deba!*¹¹

Referências

CAVALCANTI, L. et al (Org.). **Relatório anual 2015: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2015. Disponível em: <http://www.comillas.edu/images/OBIMID/relatorio_OBMIGRA_2015_final.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2016.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, N. S.; HAZEU, M. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288-301, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10533>>. Acesso em: 14 de out. 2016.

GAYOSO DA COSTA, S. M. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém 2015.

LEAL, A. **Grandes projetos amazônicos: dois casos precursores**. 1996. Tese (Doutorado em História Econômica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

LUXEMBURGO Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Trad. de Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. [S.l]: Bertrand Brasil, 1989. 7 v.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre migrações**. Genebra, 2009. (Direito internacional na migração, 22). Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 14 de out. 2016.

SANTOS, C. Mobilidade do Capital e barreiras às migrações: desafios às políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 8-20, set./dez. 2016.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

¹¹ “Boa Leitura, excelente debate!” (Tradução do crioulo haitiano).

SPOSATI, A. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital?. *Argumentum*, Vitória, v. 8, n. 2, p. 6-29, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12776>>. Acesso em: 14 de out. 2016.

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém (PA), Brasil). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais na Amazônia (LabPSAm/UFPA).
